POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS
OITAVA REGIÃO DA POLÍCIA MILITAR

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1 MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO

Dispensa de licitação na modalidade Cotação Eletrônica de Preços (COTEP)

1.1 Objeto da contratação:

Cotação Eletrônica de Preços para a aquisição/compra **COFRE PARA ARMAMENTO**, destinado a atender ao 3º Grupamento Policial no município de Sobrália pertencente à Unidade do 6º BPM/8ª RPM, conforme especificada no **Memorando Nº 600101.3/2026 – EMPM – EMENDA ESTADUAL – SGT RODRIGUES – INDICAÇÃO Nº 190838 - Item 23** - Ref.: Processo SEI nº 1250.01.0009794/2026-13.

1.2 Referência:

- Mensagem via PA Protocolo Nº 202607124124700-2607 – PM6 – Emendas e Transferências Especiais, de 14/07/2026 – ***AUTORIZA O INÍCIO DO PROCESSO.***

2 JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por objeto a aquisição de **01 (um) cofre reforçado para guarda e acautelamento de armamentos, munições e equipamentos de proteção individual**, destinados a atender ao **3º GP – Sobrália** / **6º BPM / 8ª RPM**.

3 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CÓDIGO ITEM: 1748653 – COFRE PARA ARMAMENTOS													
UO	FUN	SUBF	PROG	ID P/A	C/A	Natureza de Despesa					IAG	F	IPU
						C	GD	M	ED	ITEM			
1251	06	181	137	4366	0001	4	4	90	52	26	1	10	8

4 COTA ORÇAMENTÁRIA DESCENTRALIZADA / AUTORIZADA - Memorando Nº 600101.3/2026 – EMPM – EMENDA ESTADUAL – SGT RODRIGUES – INDICAÇÃO Nº 190838 - Item 23

4.1 R$ 4.500.00 (Quatro mil e quinhentos reais).

Documento assinado. Verifique a autenticidade em:
https://intranet.policiamilitar.mg.gov.br/lite/assinador/web/validar?id=1BFC441C963ED

5 FUNDAMENTO LEGAL PARA NÃO CONFECÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

A Cotação Eletrônica encontra fundamento nos incisos I e II do art. 75 da Lei Federal nº

14.133/2021 e na Resolução SEPLAG nº 34/2023, configurando, portanto, uma hipótese de dispensa de licitação.

Para esse caso, a Resolução SEPLAG n° 115/2021 prevê que será facultada a elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP), conforme disposto no art. 4°, §1°, inciso I:

> ***§1°*** *- É facultada a elaboração do ETP, mediante justificativa aprovada pela autoridade competente, nas hipóteses de: I – dispensa e inexigibilidade de licitação, exceto nos casos dispostos nos incisos III e IV do § 2°(casos de guerra e calamidade pública, em que a elaboração do ETP será dispensável).*

Em razão do valor de pequena monta e do objeto de baixa complexidade, a seleção do fornecedor dar-se-á de modo simplificado por meio de Cotação Eletrônica de Preço (COTEP).

Tratando-se de mera aquisição de materiais de consumo comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente detalhados no Termo de Referência, mostra-se desnecessária a elaboração de estudo técnico minucioso.

Assim, visando à celeridade processual e à eficiência na Administração Pública, decide-se pela não confecção do Estudo Técnico Preliminar.

Quartel em Governador Valadares, data da assinatura eletrônica.

PAULO CÉSAR FERREIRA SANTOS, TEN CEL PM
ORDENADOR DE DESPESAS
COMANDANTE DA 8ª RPM

Documento assinado em 30/07/2026 14:16:28 por PAULO CESAR FERREIRA SANTOS:03433230609. Conforme §1º do art. 6º do Decreto Estadual n. 47.222/2017 e Resolução n. 4.520/2016-PMMG, para verificar a autenticidade escaneie o QrCode ao lado, ou acesse https://intranet.policiamilitar.mg.gov.br/lite/assinador/web/validar e informe o código: 1BFC441C963ED

PARECER Nº 126/2026 - AJ

À Sra. 1º Ten PM Ch. Seção de Compras/EM/8ª RPM

E**MENTA.....: ANÁLISE JURÍDICA DE TERMO DE REFERÊNCIA, AVISO DE COTAÇÃO ELETRÔNICA DE PREÇOS (COTEP) E INSTRUMENTO CONTRATUAL SUBSTITUTIVO. DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR (ART. 75, INCISO II, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021 E DECRETO FEDERAL Nº 12.807/2025). AQUISIÇÃO DE COFRE PARA ARMAMENTO DESTINADO AO 3º GRUPAMENTO POLICIAL EM SOBRÁLIA (6º BPM / 8ª RPM). VALOR ESTIMADO DE R$ 6.641,64. RECONHECIMENTO DA REGULARIDADE FORMAL E MATERIAL. PARECER FAVORÁVEL CONDICIONADO AO PROSSEGUIMENTO DO FEITO.**

REFERÊNCIA.....: Protocolo: 202610129304907-2610– PA – Compras - 08 Rpm - P4

Termo de Referência ("TR – AQUISIÇÃO DE COFRE. - SOBRÁLIA

ASSUNTO.....: Parecer técnico elaborado com fincas no Art. 53, § 4º c/c art. 169, II, da Lei 14.133/2021, *in verbis:*

> Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.
>
> (...)
>
> § 4º Na forma deste artigo, o órgão de assessoramento jurídico da Administração também realizará controle prévio de legalidade de contratações diretas, acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes,

adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos.

(...)

Art. 169. As contratações públicas deverão submeter-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, inclusive mediante adoção de recursos de tecnologia da informação, e, além de estar subordinadas ao controle social, sujeitar-se-ão às seguintes linhas de defesa:

(...)

II - segunda linha de defesa, integrada pelas unidades de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão ou entidade;

1. RELATÓRIO

O presente procedimento administrativo foi instaurado no âmbito da Polícia Militar de Minas Gerais com o objetivo de submeter ao controle preventivo de legalidade as peças instrutórias que balizam a contratação direta para aquisição de bens de informática.

No âmbito da governança das contratações públicas instituída pela Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei Federal nº 14.133/2021), a atuação do órgão de assessoramento jurídico configura elemento central do controle preventivo de legalidade. Inserida como segunda linha de defesa (art. 169, II, da NLLC), esta Assessoria Jurídica possui a incumbência de examinar a higidez formal e material dos atos administrativos que precedem o dispêndio de recursos públicos, garantindo o alinhamento com o ordenamento jurídico, prevenindo litígios, resguardando a incolumidade dos atos de gestão e promovendo a eficiência operacional da Administração Pública Estadual.

A demanda objetiva a aquisição de 01 (um) cofre acautelamento de armamento, destinado a prover o 3º Grupamento Policial no município de Sobrália, fração integrante do 6º Batalhão de Polícia Militar (6º BPM / 8ª RPM).

O pr5ocesso instrutório possui ancoragem no Memorando Nº 600101.3/2026 – EMPM, decorrente de Emenda Estadual do Deputado Sgt Rodrigues (Indicação Nº 190838 - Item 23).

As especificações técnicas, os quantitativos e as estimativas econômicas do bem demandado estão estruturados em Lote Único, conforme detalhado na tabela constante do subitem 1.1 do Termo de Referência.:

Cumpre delimitar formalmente o escopo desta manifestação consultiva. Nos termos do art. 53, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021, o exame jurídico restringe-se estritamente ao controle de legalidade formal e material da instrução processual. Excluem-se do âmbito de análise a valoração de mérito administrativo (conveniência e oportunidade na realização do gasto), as opções puramente técnicas referentes às especificações e dimensões do bem, bem como a verificação contábil da disponibilidade orçamentário-financeira, matérias atribuídas à competência das autoridades administrativas e técnicas competentes.

Estabelecidos os contornos do histórico e as balizas do parecer, avança-se para o exame da competência institucional do órgão proponente e da autoridade ordenadora de despesas.

2. DA COMPETÊNCIA INSTITUCIONAL E ORDENAMENTO DE DESPESAS

A validação do elemento competência é requisito essencial para assegurar a perfeição e a eficácia dos atos administrativos praticados na instrução da contratação pública, resguardando a legitimidade da alocação de recursos e a regularidade do empenho da despesa.

Na hipótese em análise, a pretensão contratual é promovida pelo Estado de Minas Gerais por intermédio da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), atribuindo-se à Oitava Região de Polícia Militar (8ª RPM) a gestão e condução do procedimento administrativo licitatório.

A atribuição jurídica para autorizar a dispensa de licitação, homologar a Cotação Eletrônica de Preços (COTEP) e determinar a emissão do instrumento substitutivo do contrato (Nota de Empenho / Autorização de Fornecimento) pertence ao Ordenador de Despesas da Oitava Região de Polícia Militar.

Demonstrada a higidez da competência funcional e da autoridade proponente, passa-se à sistematização das normas legais que regem a matéria submetida à apreciação.

3. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A instrução probatória e documental do Termo de Referência, do Aviso de COTEP e da minuta do instrumento substitutivo encontra fundamento em um sistema integrado de normas constitucionais, legais e regulamentares:

- **Esfera Constitucional:**
    - **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:** Art. 37, caput (princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência) e inciso XXI (obrigatoriedade do certame público e ressalvas de contratação direta).
- **Esfera Federal:**
    - **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos - NLLC):** Arts. 6º (inciso XIII), 11, 20, 25, 48 (parágrafo único), 53 (§ 4º), 68, 75 (inciso II e §§ 1º e 3º), 95 (incisos I e II), 105, 115 a 117, 123, 124, 137 (inciso V), 141, 143, 155 a 163 e 169 (inciso II).
    - **Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006:** Arts. 48, I, e 49, IV (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte).
    - **Decreto Federal nº 12.807, de 29 de dezembro de 2025:** Atualização dos limites pecuniários para dispensa de licitação em razão do valor.
    - **Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor - CDC):** Arts. 18 e 26 (responsabilidade por vícios e garantia legal).
    - **Lei Federal nº 12.440, de 7 de julho de 2011 e Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT):** Consolidação das Leis do Trabalho e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
    - **Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018:** Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).
    - **Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013:** Art. 5º (Lei Anticorrupção).
    - **Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991:** Art. 93 (Reserva de cargos para pessoas com deficiência e reabilitados).
    - **Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971:** Política Nacional de Cooperativismo.
- **Esfera Estadual (Minas Gerais):**
    - **Lei Estadual nº 20.826, de 31 de julho de 2013:** Estatuto Estadual da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte no Estado de Minas Gerais.

- **Lei Estadual nº 13.994, de 18 de setembro de 2001:** Institui o Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual (CAFIMP).
- **Lei Estadual nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002:** Dispõe sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual.
- **Decreto Estadual nº 45.902, de 27 de janeiro de 2012:** Regulamenta a Lei nº 13.994/2001 e a gestão do CAFIMP.
- **Decreto Estadual nº 48.586, de 17 de março de 2023:** Critérios e vedações ao enquadramento de bens de luxo.
- **Decreto Estadual nº 47.437, de 26 de junho de 2018:** Regulamentação do tratamento diferenciado a ME/EPP no âmbito estadual.
- **Decreto Estadual nº 48.587, de 17 de março de 2023:** Regime de gestão e fiscalização de contratos administrativos.
- **Decreto Estadual nº 48.938, de 7 de novembro de 2024:** Diretrizes de sustentabilidade nas contratações estaduais.
- **Decreto Estadual nº 46.712, de 29 de janeiro de 2015 e Resolução SEPLAG nº 34/2023:** Regras procedimentais de compras diretas e cotações eletrônicas.

- **Normas Infralegais Correlatas:**
  - **Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020:** Regras para sociedades empresárias estrangeiras no País.
  - **Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009:** Normas relativas às contribuições previdenciárias.

Sólida a base normativa regente, passa-se ao exame pontual e analítico dos elementos constitutivos do Termo de Referência e do procedimento de contratação direta.

4. ANÁLISE JURÍDICA DO TERMO DE REFERÊNCIA, AVISO DE COTEP E INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO

4.1. Da Modalidade, Caracterização do Objeto e Vedação a Bens de Luxo

A adequada classificação do objeto contratual constitui premissa indispensável para a seleção da modalidade e do rito procedimental, assegurando a transparência, a economia de recursos e o perfeito atendimento da necessidade do serviço policial-militar.

O cofre para acautelamento de armamento descrito no Lote Único possui padrões de desempenho, qualidade e especificações funcionais objetivamente definidos no mercado fornecedor. Dessa forma, enquadra-se perfeitamente na definição legal de **bem comum**, preconizada pelo art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

No que tange à natureza do item, atesta-se expressamente no subitem 1.2.1 do Termo de Referência que o bem **não configura bem de luxo**, atendendo de forma estrita às vedações do art. 20 da NLLC e às regras balizadoras do Decreto Estadual nº 48.586/2023.

A opção pela contratação direta via Dispensa de Licitação por valor, operada eletronicamente mediante Cotação Eletrônica de Preços (COTEP) no Portal de Compras, encontra amparo legal no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, c/c a Resolução SEPLAG nº 34/2023 e com os limites pecuniários atualizados pelo Decreto Federal nº 12.807/2025.

O montante global estimado em **R$ 6.641,64 (seis mil, seiscentos e quarenta e um reais e sessenta e quatro centavos)** situa-se dentro do patamar dispensa de licitação.

Sob a ótica dos parâmetros procedimentais estipulados no TR, verifica-se total regularidade:

- **Validade da Proposta:** Fixada em 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua aceitação (Item 7.2.1);
- **Dispensas Motivadas:** A exigência de amostras (Item 7.3.1) e a realização de Prova de Conceito (Item 7.4.1) foram justificadamente dispensadas, mercê da padronização mercadológica do bem;
- **Vistoria Prévia:** Declarada a desnecessidade de vistoria prévia ao local de entrega (Item "Da Vistoria").

4.2. Do Tratamento Diferenciado às ME/EPP e Vedações Procedimentais

A ordem jurídica constitucional e infraconstitucional estabelece a promoção do desenvolvimento econômico regional e local como diretriz das compras

públicas, mediante a aplicação de mecânicas favorecidas às micro e pequenas empresas.

Em cumprimento ao disposto nos arts. 48, inciso I, e 49, inciso IV, da Lei Complementar nº 123/2006, c/c o art. 8º do Decreto Estadual nº 47.437/2018 e a Lei Estadual nº 20.826/2013, o item 1.3.1 do TR estabeleceu lote único **exclusivo** para Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e equiparados.

Ademais, o Termo de Referência estabelece três proibições processuais devidamente motivadas:

1. **Participação em Consórcio:** Vedada em razão da baixa complexidade do objeto e da suficiência do mercado fornecedor individual;
2. **Participação de Cooperativas:** Proibida com fundamento nas diretrizes operacionais do certame e no art. 16 da Lei Federal nº 14.133/2021;
3. **Subcontratação:** Vedada de forma integral, garantindo a execução direta e a responsabilidade exclusiva da empresa contratada pelo fornecimento.

4.3. Dos Requisitos de Habilitação

A delimitação das exigências habilitatórias atende aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, restringindo-se ao patamar indispensável para demonstrar a capacidade da contratada de adimplir a obrigação, em conformidade com o art. 62 e seguintes da NLLC:

- **Habilitação Jurídica:** Documento oficial de identificação com foto do signatário da proposta; registro empresarial na Junta Comercial (empresário individual); ato constitutivo, estatuto ou contrato social consolidado e atualizado registrado na Junta Comercial (sociedades empresárias) ou Registro Civil de Pessoas Jurídicas (sociedades simples); e decreto de autorização para empresas estrangeiras em funcionamento no País (com atendimento às regras da IN DREI/ME nº 77/2020).
- **Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:** Inscrição no CPF ou CNPJ; inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal; prova de regularidade com a Fazenda Federal e Dívida Ativa da União (certidão conjunta RFB/PGFN); regularidade perante as Fazendas Estadual e Municipal; Certificado de Regularidade do FGTS; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT - Lei Federal nº 12.440/2011).

- **Qualificação Econômico-Financeira:** Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, emitida nos últimos 06 (seis) meses.
- **Qualificação Técnico-Operacional:** O Termo de Referência optou por **dispensar** a exigência de atestados de capacidade técnica, faculdade juridicamente lícita ante a simplicidade e a pronta entrega do bem de mercado.

4.4. Do Regime de Execução, Recebimento, Instrumento Substitutivo, Liquidação e Pagamento

A regulação da execução material e dos fluxos financeiros resguarda a Administração contra inadimplementos e assegura o controle rigoroso da despesa pública.

- **Instrumento Substitutivo do Contrato:** Amparado pelo art. 95, incisos I e II, da Lei Federal nº 14.133/2021, o ajuste dispensará o instrumento formal de contrato, sendo licitamente substituído pela Nota de Empenho de Despesa ou Autorização de Fornecimento (AF).
- **Prazo e Local de Entrega:** O prazo para entrega é de **até 30 (trinta) dias úteis**, em remessa única, contados a partir do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho/AF (art. 6º, X, da NLLC). O bem deverá ser entregue no **Almoxarifado da 8ª RPM (Sede do 6º BPM)**, situado na Rua Marechal Floriano, nº 2.441, Bairro de Lourdes, Governador Valadares/MG. O descarregamento correrá por conta do fornecedor, mediante mão de obra munida de EPIs adequados. Após o recebimento definitivo, o Almoxarifado/8ª RPM promoverá a distribuição e transferência do cofre para sua destinação final no **3º GP / Sobrália**.
- **Rito de Recebimento:** O recebimento dar-se-á em duas etapas:
    - Provisório: De forma sumária no ato da entrega, pelos membros da CPARM e Fiscal do Contrato, acompanhado da nota fiscal;
    - Definitivo: No prazo de **até 10 (dez) dias corridos** contados do recebimento provisório, mediante termo detalhado que ateste a conformidade técnica, quantitativa e qualitativa, admitida prorrogação motivada por igual período.
- **Liquidação e Pagamento:** A liquidação ocorrerá em até 10 (dez) dias corridos a contar do recebimento definitivo. O pagamento será processado

via Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI/MG), mediante ordem bancária, no prazo de **até 30 (trinta) dias corridos** contados da liquidação, observando-se a ordem cronológica prevista no art. 141 da NLLC. Eventual atraso culposo imputável unicamente à Administração acarretará atualização monetária com base na **taxa SELIC**. Empresas optantes pelo Simples Nacional não sofrerão retenções tributárias na fonte, mediante comprovação documental oficial.

4.5. Das Garantias, LGPD, Sustentabilidade, Reserva de Cargos e Adequação Orçamentária.

As diretrizes transversais da contratação pública moderna impõem o alinhamento com obrigações sociais, ambientais e de tutela de dados:

- **Garantia do Produto:** Aplica-se a garantia legal prevista no art. 26 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), cumulada com a garantia de fábrica.

  O contratado deverá reparar ou substituir o bem que apresente vício no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis (prorrogável uma única vez), arcando integralmente com os custos de frete, transporte e assistência técnica.
- **LGPD e Sustentabilidade:** O contratado obriga-se a orientar seus colaboradores quanto ao cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018) e a observar as práticas e critérios ambientais previstos no art. 4º do Decreto Estadual nº 48.938/2024.
- **Reserva de Cargos:** Exige-se o cumprimento das normas relativas à reserva legal de vagas para pessoas com deficiência, reabilitados e aprendizes, nos termos do art. 93 da Lei Federal nº 8.213/1991 e do art. 116 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.6. Do Regime Sancionatório, Lei Anticorrupção e Gestão Contratual

O capítulo sancionatório estabelecido no item 10 do TR harmoniza-se estritamente com o regime disciplinar estipulado nos arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção):

- **Sanções Cominadas:**
  1. **Advertência**: Aplicável na inexecução parcial leve que não justifique penalidade superior;

2. **Impedimento de Licitar e Contratar:** Cominável em atrasos injustificados, inexecução parcial grave ou total;
3. **Declaração de Inidoneidade:** Reservada a infrações graves, fraudes ou atos lesivos da Lei Anticorrupção;
4. **Multas**: Moratória de 0,5% (meio por cento) ao dia sobre a parcela inadimplida, até o teto de 30 dias; e de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do ajuste em casos de atraso superior a 30 dias, inexecução total ou fornecimento com vícios insanáveis.

- **Garantias Processuais e Rito Estadual:** Assegura-se o contraditório e a ampla defesa mediante concessão do prazo de 15 (quinze) dias úteis para defesa prévia (art. 157 da NLLC), devendo a condução do processo administrativo sancionatório observar de forma suplementar as disposições e garantias da **Lei Estadual nº 14.184/2002** (Processo Administrativo no Âmbito do Estado de Minas Gerais).

  Prevê-se expressamente a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica (art. 160) e obriga-se ao registro e atualização das sanções aplicadas no CEIS e CNEP no prazo de 15 (quinze) dias úteis (art. 161).

- **Gestão e Fiscalização:** As regras e atribuições dos gestores e fiscais do contrato observam com rigor o modelo regulamentado pelo Decreto Estadual nº 48.587/2023.

Tendo em vista que toda a instrução examinada atende integralmente aos pressupostos legais e regulamentares que regem a matéria, a fase preparatória encontra-se apta ao fecho formal do parecer.

5. CONCLUSÃO E PARECER FINAL

Com fundamento na competência constitucional, legal e institucional conferida a esta Assessoria Jurídica para o exercício do controle prévio de legalidade das contratações públicas (segunda linha de defesa, art. 53, § 4º c/c art. 169, II, da Lei Federal nº 14.133/2021), apreciaram-se os aspectos formal-procedimentais e materiais que instruem o processo. SEI nº 1250.01.0009794/2026-13.

Expostos tais fundamentos, esta Assessoria Jurídica emite parecer **FAVORÁVEL CONDICIONADO** ao prosseguimento do feito, atestando a regularidade jurídica do Termo de Referência, do Aviso de COTEP e da minuta do instrumento substitutivo (Nota de Empenho / Autorização de Fornecimento).

Registra-se que a presente manifestação limita-se à análise da legalidade do procedimento (controle preventivo de segunda linha de defesa), não abrangendo escolhas técnicas, oportunidade, conveniência administrativa ou verificação de disponibilidade orçamentário-financeira

É o nosso parecer, sob censura.

Quartel em Governador Valadares/MG, data da assinatura eletrônica.

MURILO LUIZ DE FREITAS CASTRO

Advogado - OAB/MG Nº 117.207

Assessor Jurídico da 8ª RPM

MURILO LUIZ DE FREITAS CASTRO:32971621634

Assinado de forma digital por MURILO LUIZ DE FREITAS CASTRO:32971621634
Dados: 2026.10.27 13:03:39 -03'00'

POLICIA MILITAR DE MINAS GERAIS
OITAVA REGIÃO DA POLICIA MILITAR
ESTADO-MAIOR DA OITAVA REGIÃO

PROCESSO SEI Nº: 1250.01.0009794/2026-13

TERMO DE REFERÊNCIA COMPRA DE BENS

DATA	ÓRGÃO SOLICITANTE	Nº UNIDADE DE COMPRAS
19/10/2026	PMMG	1253826

RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO	SUPERINTENDÊNCIA OU DIRETORIA OU UNIDADE ADMINISTRATIVA
Nome: 2º Ten PM Felipe Onofri Maciel Email: 1391937@pmmg.mg.gov.br 8rpm-compras@pmmg.mg.gov.br	Seção de Compras EM/8RPM

SUMÁRIO

1 - OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO
2 - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO
3 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO
4 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO
5 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO
6 - MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO
7 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR
8 - HABILTAÇÃO
9 - OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES
10 - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
11 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO
12 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

O presente Termo de Referência tem por objetivo a **aquisição/compra COFRE PARA ARMAMENTO, destinado a atender ao 3º Grupamento Policial no município de Sobrália pertencente à Unidade do 6º BPM/8ª RPM, conforme especificada no Memorando Nº 600101.3/2026 – EMPM – EMENDA ESTADUAL – SGT RODRIGUES – INDICAÇÃO Nº 190838 - Item 23 - Ref.: Processo SEI nº 1250.01.0009794/2026-13,** sob a forma de entrega integral, conforme especificações, exigências e quantidades estabelecidas neste documento.

1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Dispensa de Licitação, sob a forma ELETRÔNICA, na modalidade Cotação Eletrônica de Preço (COTEP), com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e na Resolução SEPLAG nº 34/2023, adotando-se o critério de julgamento por menor preço por lote.

LOTE ÚNICO						
ITEM	**CÓD. ITEM**	**DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS**	**UNIDADE AQUISIÇÃO**	**QTDE**	**VALOR UNIT.**	**VALOR TOTAL**
1	1748653	**Especificação:** COFRE PARA ARMAMENTOS - MATERIA-PRIMA: ACO SAE 1008 E 1010; PORTAS: 02 PORTAS INTEIRICAS; PRATELEIRAS: MINIMO 03 PRATELEIRAS REGULAVEIS; COMPARTIMENTOS (1): GAVETA COM CHAVE; PORTINHOLA COM PRATELEIRA; COMPARTIMENTOS (2): COLDRES PARA ARMAS CURTAS E CARREGADORES; ACESSORIOS: DESUMIDIFICADOR DE AR; DIMENSOES: APROXIMADAS 150 X 90 X 50 CM (A X L X P); **Complementação da especificação** PORTINHOLA COM PRATELEIRA INTERNA REMOVIVEL; COR BRANCA; SENHA PROGRAMAVEL DE PELO MENOS 04 DIGITOS PROGRAMAVEL PELO USUARIO, MAIS CHAVE TETRA DE ABERTURA INSTANTANEA EMERGENCIAL, SUPORTE PARA PELO MENOS 12 ARMAS LONGAS COM PELO MENOS 04 NIVEIS DE REGULAGEM, TRAVAMENTO HORIZONTAL, REVESTIMENTO INTERNO EM CARPETE, PILHAS LOCALIZADAS DO LADO EXTERNO.	UNIDADE	01	R$ 6.641,64	R$ 6.641,64
VALOR TOTAL ESTIMADO = R$ 6.641,64						

1.2 Caracterização do Objeto

1.2.1 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 48.586, de 17 de março de 2023.

1.3 Lotes Exclusivos para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

1.3.1 Compra com lote(s) único exclusivo(s) para fornecedores qualificados como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparados, aptos a se beneficiarem do tratamento diferenciado e favorecido disposto no art. 48, inciso I, e art. 49, inciso IV, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 c/c no art. 8º Decreto nº 47.437, de 26 de junho de 2018.

1.4 Da Contratação

1.4.1 Não será necessário firmar instrumento de contrato, conforme disposto no art. 95, incisos I e II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sendo este substituído por nota de empenho de despesa ou autorização de fornecimento.

1.5 Descrição da Solução

1.5.1 A cautela do armamento, munições e demais apetrechos operacionais do 3º GP (Sobrália) é de responsabilidade dos militares nele lotados. Contudo, cabe à Instituição prover os meios necessários para o correto acondicionamento e a salvaguarda desse patrimônio. Diante disso, a solução mais viável apresentada é a aquisição do material especificado por meio do processo de compras neste termo.

2 FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. O 3º Grupamento Policial no município de Sobrália, pertencente à Unidade do 6º BPM / 8ª RPM, necessita assegurar condições adequadas de segurança e proteção para o acautelamento e a conservação dos armamentos, munições e demais apetrechos operacionais de uso permanente sob responsabilidade dos militares lotados na fração.

2.2. A presente contratação justifica-se pela necessidade de aquisição de um cofre para armazenamento seguro dos materiais bélicos e operacionais. A estrutura e os meios atuais necessitam de adequação para garantir a devida salvaguarda do patrimônio público, a prevenção contra acessos não autorizados e a manutenção da integridade dos equipamentos da Unidade.

3 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Da Participação de Consórcio:

3.1.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, em razão da baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os bens de forma independente.

4 Da Participação de cooperativa:

4.1.1. Não será permitida a participação de sociedade cooperativas

4.2. Da Subcontratação

4.2.1. Não será admitida a subcontratação parcial ou total do objeto contratual.

4.3. Da Sustentabilidade

4.3.1. Devem ser observados os critérios e práticas de sustentabilidade descritos no artigo 4º do Decreto Estadual 48938, de 07/11/2024, que dispõe sobre os critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento sustentável nas licitações e contratações realizadas pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo.

5 Da indicação de marcas ou modelos

5.1.1. Não serão exigidas marcas ou modelos específicos para a contratação.

5.2. Da vedação de utilização de marca ou modelo

5.2.1. Não haverá vedação de marca/modelo na presente contratação.

5.3. Da exigência de carta de solidariedade

5.3.1. Não será exigida a apresentação de carta de solidariedade na presente contratação.

5.4. **Da Garantia da Contratação**

5.4.1. Não será exigida garantia de execução da contratação para este objeto.

5.5. **Da garantia do produto, da manutenção e da assistência técnica**

5.5.1. Será aplicada ao produto/bem e serviço a garantia legal estabelecida pelo art. 26, da Lei Federal nº. 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor – CDC); bem como a garantia do fabricante.

5.5.2. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição do bem que apresentar vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta dias) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.5.3. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.5.4. O custo referente ao transporte dos bens cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.5.5. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado do prazo de vigência do contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

5.5.6. Caso a garantia de fábrica seja superior ao prazo legal, o fornecedor contratado ficará obrigado a disponibilizar ao órgão o termo de garantia do fabricante no ato da entrega do material.

5.5.7. O fornecedor/contratado responderá diretamente perante a Unidade pelo suporte, reparo ou substituição do bem em caso de vício, defeito de fabricação ou desacordo com as especificações técnicas, responsabilizando-se integralmente por todos os custos operacionais, de frete, transporte e assistência técnica dentro do período de garantia.

6 Da Vistoria

6.1. Não há necessidade de realização de vistoria prévia ao local de entrega do objeto.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. **Do prazo de entrega**

4.1.1. O prazo de entrega do objeto é de até 30 (trinta) dias úteis, contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho e Autorização de Fornecimento, ou documento equivalente, em remessa única, conforme art. 6º, inciso X, da Lei Federal 14.133/2021.

4.1.2. O objeto deverá ser entregue em remessa única.

4.1.3. Devidamente justificado e antes de finalizar o prazo de entrega, o Contratado poderá solicitar prorrogação da entrega, ficando a cargo da área demandante acolher a solicitação, desde que não haja prejuízo no abastecimento, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior, conforme disposto no inciso V, do art. 137, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

4.2. **Do Local e Horário de Entrega**

4.2.1. O objeto deverá ser entregue no seguinte endereço: **ALMOXARIFADO/8ªRPM** – (**Sede do 6° BPM), rua Marechal Floriano, n° 2.441, Bairro de Lourdes, Governador Valadares/MG, CEP 35.030-330, Telefone (33) 3201-0131.**

4.2.2. O descarregamento do produto ficará a cargo do Contratado, devendo ser providenciada a mão-de-obra necessária, que deverá estar utilizando EPI compatível com a atividade desempenhada.

4.3. **Direcionamento do objeto pela Seção Almoxarifado/8ª Região da Polícia Militar**

4.3.1. Após o recebimento definitivo do objeto, a Seção Almoxarifado/8ª RPM, deverá direcionar para o local de destino, conforme descrição abaixo:

Destino	Objeto	Quantidade
Sobrália 6º BPM	Cofre	01

5. CRITÉRIO DE RECEBIMENTO DE MATERIAL E PAGAMENTO

5.1. **Do Recebimento**

5.1.1. O bem será **recebido provisoriamente**, pelos membros da CPARM e Fiscal do Contrato, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes na nota de empenho, no termo de referência e na proposta.

5.1.2. O bem poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes na nota de empenho, no termo de referência e na proposta comercial, devendo ser feita a sua substituição, às custas do Contratado, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, a contar da sua notificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

5.1.3. O bem será **recebido definitivamente**, após a verificação da qualidade e quantidade do material, bem como o atendimento das exigências contratuais e consequente aceitação, que deverá acontecer, **mediante termo detalhado, em até 10 (dez) dias corridos, contados a partir do recebimento provisório.**

5.1.4. O **prazo para recebimento definitivo** poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

5.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 134.133, de 2021, notificando o Contratado para emissão de Nota Fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

5.1.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

5.1.7. O recebimento/aprovação do(s) produto(s) pelo Contratante não exclui a responsabilidade civil do Contratado por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente, garantindo-se à Administração as faculdades previstas no art. 18 da Lei Federal nº 8.078, de 1990.

5.2. **Da Liquidação e Pagamento**

5.2.1. A **Liquidação será efetuada no prazo de até 10 (dez) dias corridos**, contados da **data do recebimento definitivo do produto**. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

5.2.1.1. O vencimento;

5.2.1.2. A data da emissão;

5.2.1.3. Os dados do contrato e do órgão Contratante;

5.2.1.4. O período respectivo de execução do contrato;

5.2.1.5. O valor a pagar; e

5.2.1.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.2.2. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o

Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

5.2.3. A nota fiscal ou o instrumento de cobrança equivalente deverá ser acompanhada da comprovação da regularidade fiscal disposta no art. 68 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5.2.4. O **pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG,** por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o Contratado indicar, **no prazo de até 30 (trinta) dias corridos**, contados a partir da data final da liquidação a que se referir, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pelo Contratante.

5.2.5. A Administração deve observar a ordem cronológica nos pagamentos, conforme disposto no art. 141 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5.2.6. No caso de atraso pelo Contratante, por culpa exclusiva da Administração, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, de acordo com a variação da taxa SELIC.

5.2.7. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.2.8. Independentemente do percentual de tributo inserido pelo Contratado na planilha de custo, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.2.9. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6. MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

6.1. Regras Gerais

6.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as disposições da Lei Federal nº. 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme art. 115 da referida Lei, e artigos 15 e 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.1.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito, sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica (e-mail institucional) para esse fim.

6.1.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.1.4. Após a assinatura do contrato ou retirada/aceitabilidade de instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial, para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais; dos mecanismos de fiscalização; das estratégias para execução do objeto; do plano complementar de execução da contratada, quando houver; do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis; dentre outros.

6.1.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais gestores e fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados, conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelos respectivos substitutos, conforme art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e art. 14 do Decreto nº. 48.587, de 2023.

6.1.6. Constatada a ocorrência de descumprimento total ou parcial do contrato, deverão ser observadas as disposições dos art. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a fim de apurar a responsabilidade do Contratado e eventualmente aplicar sanções.

6.2. **Da Fiscalização do Contrato**

6.2.1. O fiscal do contrato prestará apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências, nos termos do inciso I do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, nos termos do inciso II do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.3. O fiscal do contrato emitirá notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção, nos termos do inciso III do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.4. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, conforme § 2º, art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e inciso IV do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.5. O fiscal do contrato comunicará imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas, nos termos do inciso V, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.6. O fiscal do contrato fiscalizará a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após

o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato, nos termos do inciso VI, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.7. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual, nos termos do inciso VII, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.8. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências contratuais, nos termos do inciso VIII, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.9. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade do Contratado por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

6.3. **Da Gestão do Contrato**

6.3.1. O gestor do contrato orientará os fiscais de contrato no desempenho de suas atribuições, nos termos do inciso I, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.3.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato ou terceiros contratados, das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informará à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência, nos termos do inciso II, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.3.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais, nos termos do inciso III, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.3.4. O gestor do contrato coordenará a autuação da rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, nos termos do inciso IV, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.3.5. O gestor do contrato coordenará os atos preparatórios relativos à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização da celebração de aditivos, prorrogações, reajustes ou rescisões contratuais, nos termos do inciso V, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.3.6. O gestor do contrato realizará o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, nos termos do inciso

VI, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.3.7. O gestor do contrato elaborará o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, nos termos do inciso VII, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.3.8. O gestor do contrato tomará as providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Dispensa de Licitação por valor, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sob a forma ELETRÔNICA, que culminará com a seleção da proposta de menor preço.

7.1. Dos critérios da aceitabilidade da proposta

7.1.1. A proposta terá validade de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de sua aceitação.

7.2. Da amostra

7.2.1. Não será exigida a apresentação de amostras nessa contratação.

7.3. Da Prova de Conceito

7.1.1. Não será exigida a apresentação de prova de conceito nesta contratação.

8 HABILITAÇÃO

8.1. Habilitação Jurídica:

8.1.1. Documento de identificação, com foto, do responsável pela(s) assinatura(s) da(s) Proposta(s) Comercial(is).

8.1.2. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual.

8.1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações posteriores ou instrumento consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias, cooperativas ou empresas individuais de responsabilidade limitada e, no caso de sociedade de ações, acompanhado de documentos de eleição ou designação de seus administradores.

8.1.4. Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas em se tratando de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício.

8.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

8.1.6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.2 Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

8.2.1. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

8.2.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

8.2.3. Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.2.4. A prova de regularidade fiscal e seguridade social perante a Fazenda Nacional será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União – DAU por elas administrados, bem como das contribuições previdenciárias e de terceiros.

8.2.5. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.2.6. Certificado de Regularidade relativa à seguridade social e perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço –FGTS.

8.2.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, nos termos da Lei Federal nº 12.440, de 7 de julho de 2011, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.2.6. Comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas.

8.3. Qualificação Econômico-Financeira

8.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, emitida nos últimos 06 (seis) meses.

8.4 Da Qualificação técnico-operacional e técnico-profissional:

8.4.1. Não será exigida a apresentação de documentos relativos à qualificação técnico-operacional e técnico-profissional.

9. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

9.1. Do Contratante

9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.

9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, e atestar nas notas fiscais/faturas o efetivo fornecimento do objeto deste Termo de Referência.

9.1.5. Rejeitar, no todo ou em parte os bens entregues, quando em desacordo com as especificações constantes na nota de empenho, no Termo de Referência e/ou na proposta comercial do Contratado.

9.1.6. Comunicar o contrato para emissão de Nota Fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia parcial sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.1.7. Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

9.1.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente instrumento.

9.1.9. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

9.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente

protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.1.11. A Administração terá o prazo de até 10 (dez) dias corridos, a contar da data do protocolo do requerimento, tratado no item 9.1.10, para decidir e admitir a prorrogação motivada por igual período, conforme art. 123, Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos.

9.1.12. Aplicar ao Contratado as sanções legais e regulamentares.

9.1.13. Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários por meio dos documentos pertinentes.

9.1.14. Disponibilizar local adequado para o fornecimento do objeto.

9.1.15. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados

9.1.16. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

9.1.17. Exigir e fiscalizar, para que os colaboradores do Contratado utilizem Equipamentos de Proteção Individual (EPI) compatíveis com as atividades desempenhadas, no interior do prédio do Contatante, durante a entrega dos materias por este adquiridos.

9.2. **Do Contratado**

9.2.1. Responsabilizar-se pela substituição, sem ônus para o contratante, do bem, no prazo estabelecido no art. 26, da Lei Federal nº. 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor – CDC), ou de garantida do fabricante do produto.

9.2.2. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e seus anexos, nas quantidades, prazos e condições pactuadas, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

9.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal nº 8.078, de 1990.

9.2.4. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

9.2.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato

ou autoridade superior, conforme Inciso II, art. 137 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e inciso III, art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

9.2.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução contratual e/ou fornecimento do objeto e/ou dos materiais empregados.

9.2.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

9.2.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.2.9. Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-as ao Contratante para ateste e pagamento.

9.2.10. Responsabilizar-se pela garantia dos produtos entregues e dos materiais empregados nos itens solicitados, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste termo de referência.

9.2.11. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

9.2.12. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não onerara o objeto do contrato.

9.2.13. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.2.14. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.2.15. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.2.16. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, conforme art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2.17. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, quando solicitado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme parágrafo único, art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

9.2.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no inciso II, alínea “d”, art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.2.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

9.2.21. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste documento, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

9.2.22. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei Federal nº 13.709, de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.

9.2.23. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.2.24. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.2.25. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.2.26. Fornecer Equipamentos de Proteção Individual (EPI), compatíveis com as atividades desempenhadas, no interior do prédio do Contatante, exigir e fiscalizar, para que seus

colaboradores os utilizem, duarante a entrega dos materiais por este adquiridos.

10. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o contratado que:

10.1.1. Der causa à inexecução parcial da contratação;

10.1.2. Der causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.3. Der causa à inexecução total da contratação;

10.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

10.1.8. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a contratação e execução do contrato;

10.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da contratação;

10.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

10.2.1. **Advertência** – quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme no §2º, art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

10.2.2. **Impedimento de licitar e contratar** - quando praticadas as condutas descritas nos subitens

10.1.2 a 10.1.7, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no § 4º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

10.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar** - quando praticadas as condutas descritas nos subitens 10.1.8 a 10.1.12, bem como nos subitens 10.1.2 a 10.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no §5º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

10.2.4. **Multa:**

10.2.5. Moratória de 0,5% (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

10.2.6. 30% (trinta por cento) sobre o valor da contratação, parcial ou total, após ultrapassado o prazo de 30 (trinta) dias de atraso, ou no caso de não entrega do objeto, ou entrega com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminua-lhe o valor ou, ainda fora das especificações contratadas; bem como em caso de descumprimento das demais obrigações contratuais ou das normas da legislação pertinente.

10.3 As sanções previstas nos subitens 10.2.1, 10.2.2 e 10.2.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme disposto no §7º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme §8º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.5 A aplicação das sanções previstas neste documento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante, conforme disposto no §9º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, conforme disposto no art. 157, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.9. Em observância ao disposto no §1º, art. 156, da Lei nº 14.133, de 2021, na aplicação das sanções serão considerados:

10.9.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

10.9.2. As peculiaridades do caso concreto;

10.9.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.9.4. Os danos que dela provierem para o Contratante;

10.9.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos no art. 159 da referida Lei de Licitações.

10.11. A personalidade jurídica do Fornecedor poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste documento ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, conforme disposto no art. 160, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, conforme art. 161, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

11 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1 O custo estimado total da contratação é de **R$ 6.641,64 (Seis mil, seiscentos e quarenta e um reais e sessenta e quatro centavos)**, conforme custos unitários apostos na

tabela constante do subitem 1.1 deste Termo de referência.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da dotação orçamentária do orçamento para o ano de 2026, conforme normas em vigor.

A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

UO	FUN	SUBF	PROG	ID P/A	C/A	Natureza de Despesa					IAG	F	IPU
						C	GD	M	ED	ITEM			
1251	06	181	137	4366	0001	4	4	90	**52**	**26**	1	10	8

12.2 A dotação relativa ao exercício financeiro subsequente será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13 - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

" A presente COTEP será regida pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que trata das licitações e contratos administrativos, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Estadual nº 20.826, de 31 de julho 2013 e Decreto nº 47.437 de 26 de junho de 2018, que tratam das ME/EPP, Lei nº 13.994, de 18 de setembro de 2001, que institui o Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAFIMP, Lei nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002, que dispõe sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual, Decreto nº 45.902, de 27 de janeiro de 2012, que regulamenta a Lei nº 13.994, de 18 de setembro de 2001, que institui o Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAFIMP e o Decreto nº 48.587, de 17 de março de 2023, que dispõe sobre as regras para atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, e demais legislação de regência."

Governador Valadares, (data da assinatura eletrônica).

Felipe Onofri Maciel, 2º Ten PM

Chefe da Seção de Compras EM/8RPM

gov.br

Assinado por FELIPE ONOFRI MACIEL.
Conforme Art. 1º da Lei Estadual n. 24.030/2021, §1º do art. 6º do Decreto Estadual n. 47.222/2017 e Resolução n. 4.520/2016-PMMG.
Data: 28/10/2026 09:49:25 ART
Verifique em https://validar.iti.gov.br